

A TRANSVERSALIDADE NO ENSINO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DA UFOP E SUA ASSOCIAÇÃO COM O MUSEU UNIVERSITÁRIO E A CIDADE PATRIMÔNIO

GABRIELA DE LIMA GOMES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, OURO PRETO, MINAS GERAIS, BRASIL

Graduada em Comunicação Social, mestre em Artes e doutora em Geografia. Investiga os meios para a preservação de bens culturais, os processos fotográficos analógicos e sua conservação, as paisagens culturais e suas relações com os sujeitos e suas subjetividades. Associada ao Conselho Internacional de Museus (Icom) desde 2007. Professora do departamento de Museologia da UFOP desde 2010. Atualmente ocupa o cargo de Pró-Reitora Adjunta de Extensão da UFOP.

E-mail: gabi@ufop.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1433-0591>

EDSON FIALHO DE REZENDE, UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, OURO PRETO, MINAS GERAIS, BRASIL

Graduado em História, mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Coordenador técnico do Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia.

E-mail: edsonfialho@ufop.edu.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30p348-374>

RECEBIDO

28/07/2020

APROVADO

03/11/2020

A TRANSVERSALIDADE NO ENSINO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DA UFOP E SUA ASSOCIAÇÃO COM O MUSEU UNIVERSITÁRIO E A CIDADE PATRIMÔNIO

GABRIELA DE LIMA GOMES, EDSON FIALHO DE REZENDE

RESUMO

Este artigo é um relato sobre experiências vivenciadas no curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com foco naquelas que abrangem a área da preservação e conservação de acervos museológicos. Para tanto, partimos da implantação do primeiro curso de graduação em Museologia no estado de Minas Gerais para, posteriormente, discutir os posicionamentos que direcionaram a elaboração metodológica das disciplinas de Documentação Fotográfica e Preservação Digital e de Preservação e Conservação de Bens Culturais, que reconhecem as relações entre a produção da paisagem cultural e o patrimônio museológico universitário. O relato é ampliado a partir do contexto histórico de criação do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (enquanto um museu universitário) e sua oferta de parceria com o Departamento de Museologia, por meio do Laboratório de Conservação e Restauro em nome de garantir a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a troca de experiências acadêmicas. Concluímos, assim, que a prática laboratorial dos discentes durante a graduação é indispensável e que o exercício em um espaço (próximo do) ideal contribui para reflexões importantes sobre a gestão do patrimônio universitário.

PALAVRAS-CHAVE

Museologia, Preservação museológica, Museus de ciência e tecnologia, Museus universitários.

THE TRANSVERSALITY IN THE TEACHING OF PRESERVATION AND CONSERVATION OF CULTURAL ASSETS IN THE DEGREE COURSE IN MUSEOLOGY OF THE UFOP AND ITS ASSOCIATION WITH THE UNIVERSITY MUSEUM AND THE HERITAGE CITY

GABRIELA DE LIMA GOMES, EDSON FIALHO DE REZENDE

ABSTRACT

This article addresses the teaching experiences of undergraduate students in Museology at the Federal University of Ouro Preto (UFOP), focusing on practices related to the preservation of museum collections. For this purpose, we discuss the implementation of the first undergraduate course in Museology in the state of Minas Gerais, Brazil. We examine the methodological guidelines of the classes “Photographic Documentation and Digital Preservation” and “Preservation and Conservation of Cultural Property”, verifying the relations between the production of cultural landscape and the university museum heritage. Furthermore, we present the historical context of the Escola de Minas Museum of Science and Technology foundation as a university museum, and its collaboration with the Department of Museology regarding the Conservation and Restoration Laboratory, as a means of enhancing the teaching-learning process and fostering the exchange of academic experiences. Laboratory practice is essential to undergraduate students and training in an ideal space favors fruitful reflections regarding the management of university heritage.

KEYWORDS

Museology, Museum preservation, Science and technology museums, University museums.

1 INTRODUÇÃO

No estado de Minas Gerais, Ouro Preto foi a primeira cidade a sediar um curso de graduação em Museologia. Criado no ano de 2008, com apoio e financiamento do Programa Federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o curso vem cumprindo as orientações de ser ofertado no turno noturno, ampliando a inserção de alunos nas universidades e, conseqüentemente, expandindo oportunidades e admissões de profissionais no mercado de trabalho. Com vocação evidente na qualidade de cidade Patrimônio Mundial da Humanidade, marcada por referências culturais¹ do período colonial mineiro, Ouro Preto possui 12 museus – sendo que dois deles são museus universitários (MU) vinculados à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP): Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT/EM) e Museu da Farmácia (MF) da Escola de Farmácia. Ambos trazem consigo o

¹ “Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura”. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2000, p. 29).

testemunho de ensino superior dessas duas Escolas, criadas no século XIX e precursoras no Brasil em suas respectivas áreas de atuação. Atualmente, os MUs da UFOP têm possibilitado o desenvolvimento de diversas atividades acadêmicas, entre elas aquelas de atuação no campo museal.

Neste artigo faremos uma abordagem que perpassa pela experiência nesses espaços de formação sistemática do ensino superior na área da Museologia, abarcando uma discussão para além da estruturação teórica do processo didático-pedagógico. Buscaremos, nesse sentido, transmitir para o leitor do *Dossiê Museus Universitários: patrimônio, experiência e reflexões* vivências propiciadas pelas disciplinas da área da preservação e conservação de acervos museológicos, fornecidas pelo Departamento de Museologia (Demul) da UFOP, de forma a evidenciar alguns valores do patrimônio cultural e histórico em Ouro Preto a partir das associações ou dicotomias relevantes entre a cidade patrimônio da humanidade e o patrimônio museológico universitário.

Em um primeiro momento, contextualizaremos a implantação do curso de Museologia da UFOP e as condutas que direcionaram as elaborações ideológica e metodológica das disciplinas de Preservação e Conservação de Bens Culturais do Demul, que reconhecem as relações entre a produção da paisagem cultural na cidade patrimônio e o MU. Na sequência, focaremos nas experiências fornecidas pelas disciplinas em relação à cidade – trata-se de um percurso didático-pedagógico que se inicia com as práticas fotográficas dedicadas à documentação do acervo e da paisagem com um olhar atento, isso não só para descoberta e reconhecimento de estruturas comuns à cidade barroca, mas, também, para coleções de Ciência e Tecnologia encontradas no MCT/EM. As técnicas inerentes ao ato fotográfico, que variam do processamento à preservação digital, são, assim, discutidas e sedimentadas. As disciplinas seguintes apresentam conceitos relacionados ao desenvolvimento do pensamento preservacionista, aos critérios da conservação preventiva, à composição dos materiais que constituem os acervos e seus tipos de degradação, assim como às diretrizes para a realização de um diagnóstico de conservação. O gerenciamento de risco e a paisagem cultural são tomados, nesse caminho, como uma categoria de análise dedicada à sensibilização sobre as referências culturais intrínsecas à cidade patrimônio.

O debate será ampliado a partir de experiências cotidianas que decorrem da parceria existente entre o MCT/EM e o Laboratório de Conservação e Restauro (Labcor) do Demul. Tentaremos, assim, traçar um breve panorama para enfatizar quão oportuna e relevante é a parceria entre um MU e um curso de graduação em Museologia. Ainda que existam embates provocados pelas fragilidades institucionais no reconhecimento e cumprimento da tríplice função universitária de ensino, pesquisa e extensão, a vivência laboratorial dos discentes tem se mostrado indispensável em suas formações. Trata-se de uma experiência que não só possibilita o exercício da prática em um espaço próximo ao ideal, mas que, também, contribui positivamente para profícuas reflexões e execuções em torno da gestão do patrimônio universitário.

2 A CRIAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFOP E SUA RELAÇÃO COM O MUSEU UNIVERSITÁRIO

Ao historicizarmos a trajetória da Museologia no Brasil como campo de formação, constatamos o pioneirismo ocorrido pela implantação do curso técnico voltado aos profissionais do Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, em 1932. Outras iniciativas ocorreram em instituições públicas e privadas, no âmbito da graduação e pós-graduação, ao longo de todo o século XX². No entanto, essas iniciativas foram interrompidas devido aos mais variados atores políticos e econômicos inerentes ao sistema educacional e cultural brasileiro.

Com o chegar do século atual, essa realidade se alterou e o avanço museológico brasileiro teve profunda ascensão – particularmente em virtude das novas políticas públicas implantadas pelo governo federal. Para Poulot (2013), o início do século XXI produziu um movimento mundial, inclusive no Brasil, que delineou novos panoramas para os museus enquanto campos de estudos interdisciplinares e, sobretudo, alusivos à formação e à atuação profissional.

² Sobre a trajetória da Museologia no Brasil, consultar: SCHEINER, T. C. M. Cultura material e Museologia: considerações. In: GRANATO, Marcus (Org.). *Museologia e patrimônio*. Rio de Janeiro: Mast, 2015, p. 17-48. SÁ, I. C. de. História e memória do curso de Museologia: do MHN à Unirio. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 10-42, 2007.

Os autores Oliveira, Costa e Nunes (2012) fortalecem essa leitura ao afirmarem que tal momento político abriu importante segmento na formação acadêmica, no qual a Museologia brasileira ganhou expressiva atenção. Até o ano de 2004, havia apenas dois cursos de bacharel em Museologia no Brasil, a saber: o curso da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)³ e o Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, são 16 cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas em todo o território nacional.

Por meio dos investimentos conduzidos pelo Programa Nacional de Museus (PNM) e pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em consonância com a conjuntura favorável das instituições de ensino superior com o Reuni, houve a expansão de ofertas de cursos nas mais diversas áreas do conhecimento. Com isso, em conformidade com demandas regionais, novos cursos de graduação em Museologia foram introduzidos por diversas universidades. Na UFOP, no ano de 2008, foi implantado o primeiro curso no estado de Minas Gerais que se destacou por ser o primeiro oferecido totalmente no turno noturno no país. O adjetivo “meritório” faz parte da justificativa do projeto pedagógico de implantação do curso de Museologia da UFOP, que ressalva uma vocação natural do ambiente produzido pela cidade de Ouro Preto, marcada por seus diversos museus e pelo seu reconhecimento como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco:

VII - Concepção do Curso: A UFOP tem a possibilidade de contribuir decisivamente para o campo museal brasileiro oferecendo um Curso de Museologia em uma região dotada de vários centros culturais e museus. Apenas a cidade de Ouro Preto possui mais museus do que alguns estados brasileiros, como Tocantins, Acre e Roraima por exemplo. (DEMUL, 2008, p. 4)⁴.

Entre os anos de 2008 e 2012, o Demul esteve vinculado à Reitoria da UFOP enquanto uma unidade isolada. Posteriormente, foi instituída a Escola de Direito, Turismo e Museologia (EDTM), integrando os respectivos cursos em edifício próprio, constituindo uma unidade acadêmica.

3 A Escola de Museologia da Unirio tem seus antecedentes no Curso de Museus implantado como curso técnico pelo Museu Histórico Nacional, em 1932, e possui mandato universitário desde 1951.

4 Projeto Pedagógico de Implantação do Curso de Museologia da UFOP. Documento digital fornecido pela Secretaria do Departamento de Museologia da UFOP. Ouro Preto, maio de 2008.

Em virtude de uma parceria estabelecida com o MCT/EM, apenas o Laboratório de Conservação e Restauro (Labcor) foi instalado nas dependências do museu e fora do campus universitário. Integrou-se à justificativa do projeto pedagógico do curso a possibilidade de transformar, via essa parceria, o MCT/EM em um laboratório de aprendizagem e aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, uma vez que a estrutura museal já existente forneceria experiências em diferentes áreas formativas da comunicação, preservação e pesquisa museológica. Assim,

[...] Aproveitando esta vocação natural, o primeiro Curso de Museologia do estado permitirá uma sólida formação teórica bem como a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelo futuro Museólogo durante o curso, mediante ações de experimentação da prática profissional no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, demais museus da UFOP e da região, considerando o apoio do Sistema de Museus de Ouro Preto. (DEMUL, 2008, p. 4)⁵.

Para ultimarmos, recorreremos novamente à experiência formativa do MHN e à implantação do primeiro e perdurável curso de Museologia do Brasil ao vislumbrarmos algumas experiências positivas no curso de Museologia na UFOP. Como exemplo, citamos a interseção e a disponibilização integral de um museu laboratório e, no caso específico, um museu universitário. Com isso, acreditamos nas possibilidades de ambicionarmos na UFOP importantes credulidades para o processo do ensino-aprendizagem no campo museológico, com consonâncias de ofertas e trocas das investigações científicas e práticas como lugar de resistência a tantas adversidades ideológicas atuantes em nosso atual cenário nacional.

3 O PERCURSO DA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DAS DISCIPLINAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Agir em prol da preservação do patrimônio tem se mostrado uma prática comum no contexto atual. É possível perceber um maior fluxo de informações sobre experiências relatadas em publicações acadêmicas e nas mídias sociais – tanto em relação às práticas de preservação quanto àquelas denúncias de abandono e negligência com o bem cultural. Simone Scifoni (2019) nos

⁵ Idem.

apresenta fatos recentes de movimentos sociais dedicados à proteção do patrimônio cultural, “mostrando que a população reconhece e se mobiliza pela preservação, reivindicando, inclusive, ação dos órgãos de preservação” (SCIFONI, 2019, p. 24).

Um fato que também contribuiu para a expansão da divulgação e promoção da área da Preservação e Conservação de Bens Culturais, segundo Froner (2010), foi o aumento da oferta de cursos de graduação e pós-graduação voltados para as áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais e Museologia. Tal cenário era esperado e desejado após as políticas de democratização do ensino superior pelo Reuni.

Assumimos, para esta reflexão, um recorte territorial para apresentar uma retrospectiva sobre as políticas preservacionistas a partir do nosso lugar de experiência em Ouro Preto. Trata-se de uma cidade detentora de um significado simbólico expressivo, marcada pelo período da mineração do ouro, que deixou sinais permanentes e visíveis na imponência das construções das diversas igrejas e na arquitetura majestosa dos casarios (GOMES, 2018). Por toda essa paisagem, podemos dizer que as primeiras políticas públicas para a preservação do patrimônio no Brasil surgiram em Ouro Preto. De fato, o caminho traçado para o reconhecimento do patrimônio natural, histórico e cultural brasileiro iniciou-se entre os anos de 1920 e 1930, quando ideias nacionalistas estavam em voga, apoiadas pelo signo do modernismo. Naquela época, a paisagem de Ouro Preto foi o elemento simbólico e de relevância para o ponto de partida de tal ação de preservação.

A visita dos intelectuais modernistas (em especial, Mário de Andrade) a Ouro Preto foi um incentivo para o fortalecimento da atenção voltada para a preservação da cidade e para conferir elementos representativos à (re)afirmação da identidade nacional. Ainda nessa direção, no início da década de 1930, houve a formulação e a aprovação do Decreto Municipal nº 13, de 19 de setembro de 1931, elaborado pelo Conselho Consultivo de Ouro Preto, que estabelecia o perímetro tombado da Sede e as normas relativas às reformas do patrimônio edificado e suas fachadas.

Entendemos, no entanto, que as estratégias de preservação do patrimônio cultural edificado de Ouro Preto, quando apresentadas em normas e condutas, foram impostas aos sujeitos, alterando a percepção e a compreensão em relação à própria cidade. Nesse sentido, as políticas de preservação do

monumento histórico nas esferas municipal, estadual e federal, “guardaram a marca da improvisação e empiria, ou da manipulação e do uso político da cultura” (FENELON, 1992, p. 29). Déa Fenelon, historiadora e reconhecida como uma das principais pensadoras do patrimônio histórico, sustentou a seguinte crítica ao modelo preservacionista brasileiro:

Déa Fenelon sempre chamou a atenção para o fato de que a política cultural que orientou a preservação no Brasil ao tentar escolher somente alguns tipos de registros e acervos, carregando nas tintas de seus significados como fator de unidade nacional, atuou, na verdade, como uma ação de solvência das contradições reais e retirou da memória o significado de luta social que ela possui. A preocupação em consagrar um patrimônio que acentuava apenas a presença do Estado, das instituições estabelecidas e de uma classe social dirigente, apagou marcas importantes do cotidiano e da experiência social vivenciada por grandes contingentes da população. Estes ficaram alijados da reflexão para constituir em cultura, suas experiências sociais em diferentes temporalidades. (SILVA, 2009, p. 11).

A preservação do patrimônio cultural tem demonstrado que os recursos e a legislação implementados para tal ação são, muitas vezes, impositivos. Isso, provavelmente, faz com que a relação estabelecida entre os sujeitos e o bem patrimonial seja marcada pelo estranhamento e a falta de sentimento de cuidado (GOMES, 2018).

Foi por esse motivo que a estratégia de ensino sobre preservação e conservação de bens culturais do curso de Museologia da UFOP foi a de buscar, nas referências culturais e nas experiências cotidianas, as engrenagens necessárias para o desenvolvimento do pensamento preservacionista – não só a partir de uma habilidade prática e instrumental, mas também de uma compreensão crítica e ampliada em que o conceito de paisagem, enquanto espaço transformado pelo homem, pode revelar aos sujeitos os meios para a preservação. Segundo Paulo Freire,

não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com ele estabelece uma relação dialógica permanente. (FREIRE, 1987, p. 31).

A paisagem seria, então, compreendida como uma narrativa carregada de marcas sobre as relações estabelecidas pelo grupo e os elementos simbólicos de referência e afeto. O reconhecimento dos aspectos tangíveis e intangíveis, culturais e naturais

do bem cultural, promove o elo necessário para a aproximação entre a paisagem cultural e a preservação do patrimônio. É por via das referências culturais que destacamos o meio para a instrumentalização de reconhecimento, gestão e, conseqüentemente, preservação do patrimônio cultural.

Nesse sentido, a linha de pesquisa e pensamento “Preservação e seus meios” foi criada para debater as questões que abordam estratégias de preservação e conservação adotadas por cidades históricas, instituições públicas e privadas e coleções que se encontram às margens das consideradas principais produções do homem, com atenção para os elementos do patrimônio tangível e intangível. Em nossas pesquisas, temos observado construções de identidades e de paisagens com o objetivo de investigar os sinais e os significados atribuídos pelos sujeitos. Suas narrativas e práticas espaciais têm revelado experiências inéditas com a diversidade patrimonial, constituindo-se como importantes materiais no processo de formação de nossos estudantes.

4 OS DESAFIOS DO ENSINO TEÓRICO E PRÁTICO DAS DISCIPLINAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO

Os desafios do ensino estão colocados desde o primeiro momento da elaboração do conteúdo programático do curso. A busca por uma experiência dialógica, capaz de compreender a diversidade imposta em uma turma de graduação, realizada em período noturno, é a base que nos orienta nas formulações das disciplinas de preservação e conservação.

Como nos orienta Paulo Freire (1987, p. 47), “esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação”. Provocar nos discentes o olhar curioso e crítico diante do bem cultural, estimular o entendimento que a percepção sobre patrimônio inicia com a criação do objeto fotográfico, despertar o reconhecimento do objeto pessoal enquanto relíquia, concretizar a experiência da conservação nos instrumentos científicos pertencentes ao Museu de Ciência e Técnica e, finalmente, perpassar pela cidade enquanto paisagem cultural são os principais objetivos que norteiam o ensino sobre o desenvolvimento do pensamento preservacionista.

O percurso da preservação e conservação de bens culturais no curso de Museologia da UFOP caracteriza-se pelo investimento e desenvolvimento de atividades voltadas para a documentação fotográfica e para a conservação preventiva, com orientações para a realização de diagnósticos

de conservação pautados nos riscos e seu gerenciamento e nas noções de preservação digital. Além disso, buscamos despertar nos sujeitos os significados e as construções de identidades e de paisagens culturais.

Nesse contexto, a possibilidade de exercer o ensino teórico e prático em um museu universitário tem nos proporcionado uma visão ampliada sobre as realidades que atravessam a gestão dessa tipografia de museu. Ademais, a realização do curso de Museologia em uma cidade com referências culturais reconhecidas mundialmente tem fomentado a nossa experiência e curiosidade com o ensino.

Na UFOP, o discente de Museologia precisa cumprir 2.040 horas para integralizar as disciplinas obrigatórias do curso. Na grade curricular, as disciplinas Documentação Fotográfica e Preservação Digital e Preservação e Conservação de Bens Culturais I e II representam 180 horas do total obrigatório e são dedicadas exclusivamente para o ensino sobre conservação de bens culturais. A seguir, apresentaremos uma síntese dessas três disciplinas que compõem a grade curricular obrigatória.

4.1 Documentação Fotográfica e Preservação Digital

Com carga horária de 60 horas, oferecida no segundo período do curso, a disciplina Documentação Fotográfica e Preservação Digital apresenta a fotografia como uma excelente ferramenta para a sensibilização do objeto artístico e patrimonial, além de introduzir os princípios da organização e da conservação fotográfica. Destacamos, para isso, o importante papel do registro fotográfico enquanto imagem documental nos processos museais. As questões que permeiam a técnica e a preservação da fotografia/informação digital também são problematizadas no conteúdo programático da disciplina. A produção da imagem fotográfica e sua impressão em suporte material, a partir de um dispositivo analógico (a câmera *pinhole*⁶), nos expõem, durante o processo, temas a serem abordados; a partir da revelação das imagens, os problemas e as causas da degradação. Além disso, nos apresenta os fenômenos físicos e químicos intrínsecos ao processamento da fotografia analógica e dos seus agentes de degradação (Figura 1).

⁶ Uma câmara estenopeica, ou seja, não possui um elemento óptico, mas permite a formação de uma imagem num plano em um trajeto interceptado por um orifício (estenopo). Esse orifício (feito com agulha) se torna o substituto das lentes habituais; podemos identificá-lo como o diafragma das câmeras fotográficas.



FIGURA 1

Fotografia *pinhole* em negativo e positivo, produzida durante a disciplina. Fonte: Ygor Fortes (2014).

Ao experimentar o registro fotográfico, sem visualizar o enquadramento e sem possibilidade de repetição, a prática da produção de uma fotografia *pinhole* se apresenta como um dispositivo interessante para o ensino justamente por requerer uma série de cuidados e atenções – seja para a montagem da câmera, seja durante o ato fotográfico. Tanto o processamento químico da imagem (atividade inédita para a maioria dos alunos) quanto a digitalização desse suporte fotográfico produzem destaques para os procedimentos técnicos e princípios para a preservação digital.

Além disso, outro conteúdo que compõe o programa da disciplina é a natureza eletromagnética da luz. O registro fotográfico a partir das energias contidas no espectro eletromagnético, dos raios X, da fotografia infravermelha e da fluorescência ultravioleta é apresentado como uma importante ferramenta de investigação quando aplicado aos trabalhos dedicados às análises científicas de obras de arte, aos processos de documentação científica e aos diagnósticos de conservação e restauração.

Os princípios da preservação fotográfica também fazem parte desse percurso. Afinal, como aponta Anne Cartier-Bresson em relação à efemeridade do documento fotográfico:

“a fotografia soube rapidamente conquistar o espaço e recolher os traços da história privada ou pública, mas nem sempre esteve em condições de conservá-la de maneira segura e responder assim ao problema da duração” (CARTIER-BRESSON, 2004, p. 1).

Exploramos, nesse sentido, essa capacidade da imagem fotográfica como documento capaz de carregar evidências do passado. Exaltamos, assim, o campo da preservação fotográfica como prática e apresentamos, a partir das coleções fotográficas dos discentes, os princípios que regem a conservação preventiva.

Por fim, os parâmetros da digitalização e da preservação digital são oferecidos como forma de garantir a qualidade da imagem digitalizada. Isso deve ocorrer pois os critérios de captura, qualidade de resolução, formato e armazenamento são essenciais na produção de arquivos digitais e promoção do acesso – tanto para a visualização no monitor, impressão em papel e produção de painel para exposição quanto para o registro documental que compõe os dossiês de diagnósticos de conservação.

4.2 Preservação e Conservação de Bens Culturais I

A disciplina Preservação e Conservação de Bens Culturais I (60 horas) é oferecida no quarto período. O objetivo da disciplina é apresentar os princípios teóricos da preservação e conservação dos bens culturais, refletir sobre o desenvolvimento do pensamento preservacionista aplicado à conservação e apresentar os métodos e as técnicas de diagnósticos dos estados de conservação a partir da conservação preventiva.

A conservação preventiva é um campo interdisciplinar que avalia as condições ambientais às quais o acervo está submetido. É uma metodologia capaz de evidenciar os prejuízos desencadeados pelas constantes variações de temperatura, de umidade e de luz, que podem provocar degradações físicas, químicas e biológicas aos bens culturais e propor soluções de salvaguarda. Para a realização dessa análise climática, além da observação atenta, se faz necessário o uso de equipamentos de medição e de controle ambiental. Luiz Souza (2008) explica que

nessa abordagem são estudados e desenvolvidos métodos de prevenção e tratamento contra infestações por insetos e fungos; adequação ambiental tanto de edificações quanto de microclimas (vitrinas), através de métodos ativos, como a adaptação de equipamentos de controle ambiental (sistemas de condicionamento de ar) ou de métodos passivos, como o uso de materiais hidrófilos para a estabilização de variáveis como a umidade relativa e a temperatura, além do possível controle de poluentes internos e externos (SOUZA, 2008, p. 40).

É essa visão ampliada sobre o objeto de estudo que esperamos dos discentes. Além disso, buscamos que eles tenham a capacidade de identificar problemas causados pela falta de controle ambiental e, mais, a compreensão de que a prática da conservação de bens culturais é colaborativa e interdisciplinar. As primeiras recomendações são voltadas para o reconhecimento e a aplicação de medidas de segurança durante o trabalho no Laboratório de Conservação e Restauro do Demul, assim como a sua organização e a sua postura, as técnicas de manuseio, a embalagem e o transporte da obra de arte que, no nosso caso, na maior parte das vezes ocorre com o equipamento científico pertencente à coleção museológica do MCT/EM.

Para a realização de uma análise do estado de conservação dos objetos, a compreensão sobre os tipos de materiais que compõem os acervos é primordial. Para tanto, os alunos são convidados a trazer de casa um objeto pessoal, que, muitas vezes, são aqueles carregados de afeto. Cada discente expõe seu objeto à turma, contextualizando-o, desde sua aquisição até a identificação da composição dos materiais (Figura 2). Nesse momento, os materiais que compõem o objeto são separados em orgânicos e inorgânicos, daí surgindo a primeira análise criteriosa sobre os tipos de materiais. Exemplos cotidianos são discutidos para ilustrar as reações químicas e físicas às quais os materiais são suscetíveis.

FIGURA 2

Discentes com seus objetos pessoais.
Fonte: Gabriela de Lima Gomes (2018).



A partir daí, apresentamos os agentes de degradação, tendo como suporte teórico a metodologia de gerenciamento de risco, adotada pela Biblioteca Nacional e descrita no Plano de Gerenciamento de Riscos: Salvaguarda e Emergência, que busca identificar os riscos a partir de dez agentes de degradação que incluem forças físicas; criminosos, fogo; água; pragas; poluentes; luz e radiação ultravioleta e infravermelha; temperatura incorreta; umidade relativa incorreta e dissociação. De acordo com Spinelli e Pedersoli (2010),

é importante lembrar que os riscos para o patrimônio cultural da BN incluem não apenas os desastres e eventos catastróficos, mas também os processos contínuos de deterioração e os eventos esporádicos de impacto variável, que resultam em perda de valor para esse patrimônio. (SPINELLI; PEDERSOLI, 2010, p. 25).

Uma atividade prática oferecida nesse período do curso é a montagem de um painel de amostras com diversos tipos de materiais. Eles ficarão expostos à radiação solar e às condições ambientais do laboratório até o fim do período seguinte, quando os discentes terão condições de analisar as diferentes reações de degradação sofridas pelos objetos expostos ao longo do semestre.

Os critérios para a elaboração do dossiê do estado de conservação dos equipamentos científicos também são apresentados nesse momento. Para a ocasião, dispomos de diversos objetos pertencentes ao acervo museológico do MCT – mais especificamente, aqueles encontrados nas reservas técnicas do museu e sem tratamento algum, para que os alunos possam escolher o item a ser trabalhado no semestre seguinte com as intervenções práticas de conservação.

Nesse momento, eles retornam à prática da fotografia para realizar a documentação fotográfica do objeto, esboçam o croqui e iniciam o diagnóstico a partir de observações e apontamentos sobre as possíveis degradações aparentes. A ficha de movimentação do acervo também é elaborada, assim como a realização das medições, da identificação dos tipos de materiais e de uma breve pesquisa sobre o objeto.

4.3 Preservação e Conservação de Bens Culturais II

A disciplina Preservação e Conservação de Bens Culturais II (60 horas) é oferecida no quinto período. O conteúdo programático é elaborado com atividades práticas de conservação dedicadas ao acervo do MCT/EM. Ações de estabilização dos processos de degradação dos objetos, como higienização física e química, realização de pequenos reparos e aplicação de reforço em

suportes são frequentemente necessárias. Ao fim desse tratamento, realizamos o acondicionamento e a guarda dos objetos nas reservas técnicas do MCT/EM.

Todo o processo é documentado e, a partir das informações coletadas e das intervenções realizadas, o dossiê do estado de conservação e tratamento é elaborado. Nessa etapa, o corpo discente experimenta alguns importantes métodos, observando os critérios e cuidados que regem a conservação – como a reversibilidade dos materiais aplicados e o respeito às técnicas, à história e ao valor cultural dos objetos, tendo como embasamento os protocolos internacionais.

Outra atividade desenvolvida é o trabalho de diagnóstico de conservação dos museus universitários da UFOP. Dividimos os MU em setores e os alunos em grupos, sendo cada grupo responsável pela avaliação de um setor. A orientação é dada com base na metodologia do Roteiro de Avaliação e Diagnóstico em Conservação Preventiva (SOUZA; ROSADO; FRONER, 2008). As experiências da aplicação de tratamentos de conservação e a prática do diagnóstico em um MU se constituem como oportunidades que o curso de Museologia oferece para discentes da UFOP. Compreendemos que tais vivências são essenciais para a formação do futuro museólogo por serem atividades de gestão de acervo que compõem a política da instituição.

Nessa perspectiva, a partir do percurso apresentado, oferecemos aos alunos os princípios da conservação preventiva como um campo de saber interdisciplinar. No entanto, vale destacar que o ensino sobre controle ambiental, tipos de materiais e diagnóstico de conservação para o estudante contemporâneo de Museologia não é suficiente; afinal, ele precisa também estar ciente e atento aos aspectos sociais, culturais, urbanos e econômicos daquilo com o que trabalha. Para isso, inserimos os estudos culturais contemporâneos como um tópico da disciplina, apresentando o conceito de referência cultural como o meio de integração do homem com a paisagem.

Aqui, a paisagem não é tomada apenas em sua morfologia, mas a partir de sua inserção no mundo dos significados que lhe impregna de simbolismo (COSGROVE, 2012). Nessa direção, buscamos aplicar o conceito como interface para o desenvolvimento de formas vivas capazes de serem cartografadas a partir das observações diretas de seus valores arqueológicos, de suas funcionalidades e de suas produções materiais (GOMES, 2018, p. 37). Para isso, um trabalho de campo é oferecido na disciplina: a caminhada da Capela São João, em Ouro Preto, até o Moinho de Vento, localidade histórica marcada como os primórdios da formação do núcleo urbano de Vila Rica (Figura 3).

FIGURA 3

Discentes a caminho do Moinho de Vento.

Fonte: Gabriela de Lima Gomes (2015).



Durante o percurso, é possível observar monumentos históricos e, consequentemente, as referências culturais que surgem enquanto informações da cultura local. John Ruskin, intelectual inglês do século XIX, atento às questões da preservação do patrimônio, considerou o monumento histórico como elemento capaz de nos apresentar lições do passado; essa constatação é a base do seu pensamento, que também exaltou dois deveres à arquitetura: o primeiro consistiria em conferir uma dimensão histórica à arquitetura e o segundo diria respeito à preservação das edificações antigas, que devem ser cuidadas como as mais preciosas heranças (RUSKIN, 2008).

Nesse momento, relacionamos a prática da conservação de um bem cultural com a paisagem cultural, evidenciando um possível meio para a preservação do patrimônio cultural a partir da percepção dos elementos identitários do patrimônio cultural e natural, ou seja, das referências culturais.

As políticas e as práticas para a preservação do patrimônio não devem ser apresentadas como protocolos meramente normativos, mas como uma atividade aproximada das Humanidades. Isso deve ocorrer dado que o patrimônio ao qual nos referimos não é somente aquele construído pelo homem, mas também aqueles compostos pelas paisagens com as quais o homem se identifica.

Finalizamos, após o cumprimento das disciplinas apresentadas, a integralização dos créditos dedicados à preservação e conservação. No entanto, para além das experiências de ensino no contexto das disciplinas obrigatórias, é preciso ressaltar a importância e a interseção necessárias para a formação dos estudantes nas atividades complementares de extensão, pesquisa e estágios supervisionados. Nesse sentido, o Labcor do Demul se torna um espaço para a prática extensionista, a produção de conhecimento e a atuação profissional.

A interação dialógica, a liberdade e o encontro com a diversidade são conceitos fundantes para a prática extensionista. O Labcor, em parceria com o MCT/EM, tem registrado sua atuação carregada de responsabilidade social, haja vista que os projetos desenvolvidos têm sido capazes de transformar e promover os alicerces na formação do docente, do discente e da comunidade envolvida. O percurso didático-pedagógico também é contemplado por projetos de iniciação científica.

Já as experiências vivenciadas nos projetos de extensão e a investigação das relações dos sujeitos com as paisagens culturais e suas subjetividades se sedimentam com a sistematização das metodologias aplicadas durante as práticas de ensino. Os estágios supervisionados, por sua vez, proporcionam aos alunos um aprofundamento na prática da conservação preventiva.

5 O MUSEU DE CIÊNCIA E TÉCNICA DA ESCOLA DE MINAS DA UFOP, O LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO DEMUL E AS EXPERIÊNCIAS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO INSTITUCIONAL

A Escola de Minas de Ouro Preto, hoje unidade acadêmica da UFOP, foi inaugurada em 12 de outubro de 1876. Para a sua implantação, o Imperador Dom Pedro II consta como o principal fomentador ideológico na qualidade de incentivador para o desenvolvimento das explorações minerais ainda tão promissoras em solos brasileiros. Assim,

[...] por indicação do Diretor da Escola de Minas de Paris, D. Pedro II contratou, em 1874, o mineralogista francês Claude Henri Gorceix para organizar, no Brasil, o ensino de mineralogia e de geologia. Após excursões pelo território brasileiro, para a escolha da sede da nova instituição, H. Gorceix optou pela cidade de Ouro Preto, que oferecia boas condições para os trabalhos práticos que os estudos mineralógicos requeriam. (SANTOS; COSTA, 2005, p. 280).

Então, como precursora no ensino da engenharia voltada à área da mineralogia, a Escola de Minas abriu horizontes para o ensino e a pesquisa no campo da exploração mineralógica no país, alterando o método arcaico do período aurífero do século XVIII. Da mesma forma, contribuiu significativamente com a transformação do Brasil diante das correntes científicas e econômicas vigentes na época.

Para tanto, investimentos foram realizados ao longo de décadas com a intenção de garantir a excelência no processo de ensino-aprendizagem de acordo com experiências de instituições de referência no mundo. Fundação de laboratórios de ensino, aquisição de equipamentos didáticos e formação de bibliotecas foram preocupações constantes entre os docentes da Escola de Minas, que sempre buscaram inovações tecnológicas coetâneas. Conforme podemos observar no relatório emitido pelo professor Dr. Domingos José da Rocha, na publicação *Memória histórica da Escola de Minas*, relativo aos anos de 1903-1904, já havia, naquela época, a preocupação sobre a necessidade de equipar as instalações dos laboratórios de ensino para tal eficiência:

[...] em vez, pois, de pensar-se em simplificar os cursos da Escola, para dar-lhe maior frequência, julgo que dever-se-á ampliar o ensino, não na parte theorica, já suficientemente desenvolvido, mas no lado prático, augmentando as horas de trabalho nos laboratórios, gabinetes e oficinas cuja instalação é uma inadiável necessidade para instrucção technica dada nos nossos institutos, que devem ser mantidos ao nível dos estabelecimentos congêneres da Europa e Estados Unidos. (ROCHA, 1905, p. 10).

Foram profusas, porém, as oscilações econômicas e administrativa ocorridas no Brasil entre os séculos XIX e XX devido à queda da monarquia e às crises pertinentes ao novo sistema republicano ainda instalado com frágeis diretrizes. Apesar disso, não faltou à instituição o constante empenho pelas novas tecnologias fornecidas, essencialmente, pelos centros europeus. Tais investimentos contribuíram, ao longo de todo o século XX, para a composição de uma ampla cultura material institucional. Os gabinetes de estudos e as oficinas de trabalho com as amostras mineralógicas, os modelos de ensino e os equipamentos diversos favoreceram não apenas a excelência do ensino, mas, também, o acúmulo de um expressivo patrimônio de ciência e tecnologia (C&T) armazenados em inúmeras salas, laboratórios e depósitos.

5.1 O Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP

A experiência da Escola de Minas, no que se refere ao ajuntamento do seu patrimônio de C&T, corrobora a colocação de Almeida (2001) ao descrever os meios possíveis para a formação dos acervos museológicos das instituições universitárias. De acordo com a autora, a constituição dessa massa patrimonial é procedente dos investimentos constantes no ensino. Ela se dá não só pela aquisição por compra, doação ou transferência, mas, sobretudo, pela coleta e pela pesquisa de campo.

Para além do breve contexto, ressaltamos que a salvaguarda dos objetos foi igualmente provocada pelos comportamentos de afeto dos professores e dos funcionários, assim como daqueles representativos e simbólicos, profuso de valores de glória, conquistas e descobertas da instituição no seu campo de saber. De tal modo, justificamos aqui alguns elementos que ilustram uma contribuição positiva para a preservação e a constituição da coleção que hoje integra o acervo de C&T do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP (MCT/EM/UFOP).

O MCT/EM/UFOP está localizado na Praça Tiradentes, em Ouro Preto (MG), significativo centro histórico turístico do país e chancelado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Ele ocupa a antiga sede do Palácio dos Governadores de Minas Gerais e está aberto ao público diariamente, recebendo pesquisadores, estudantes e interessados em geral de todas as regiões do Brasil e do mundo. De acordo com Nunes *et al.* (2010, p. 72), o MCT/EM/UFOP constitui algumas das mais inestimáveis coleções museológicas nas áreas de Engenharia de Minas, Metalurgia, Geologia e Engenharia Civil no país, tendo seus espaços expositivos setorizados conforme as áreas de atuação acadêmica que refletem a influência da Escola de Minas nas narrativas dos temas ali contemplados.

O conjunto do acervo museológico do MCT/EM/UFOP é caracterizado pela complexidade dos suportes e das dimensões e, sobretudo, pelas variadas condições exigidas à sua preservação e conservação. Em virtude das diversas áreas do conhecimento de C&T contempladas pelo acervo, integram a coleção uma sucessão de amostras minerais, equipamentos científicos, modelos de ensino, documentos históricos, fotografias, animais taxidermizados, mobiliários, dentre tantos outros objetos com suas peculiaridades.

Administrativamente, o MCT/EM/UFOP está vinculado à burocracia da administração pública e, por esse motivo, não possui recurso financeiro e nem autonomia própria de gestão. No presente, atua com reduzida equipe de profissionais terceirizados nas áreas de segurança e limpeza e não tem, em seu quadro, profissionais em áreas específicas capazes de atender às demandas museológicas.

Da mesma forma, a falta de um plano museológico estabelecido, com parâmetros orientadores no campo da conservação preventiva, documentação e pesquisa, educação e exposição, coadjuva com as latentes vulnerabilidades de gestão da coleção e da missão institucional. A exemplo, citamos o aumento do número de objetos que, por serem uma constância nos museus universitários, devem ser tratados com remanejamentos daqueles obsoletos e inservíveis às unidades acadêmicas para os referidos processos de ensino. Os acúmulos causados pela ausência de uma política de aquisição e descarte se constituem, nesse sentido, como algumas das graves adversidades sofridas pelo MCT/EM/UFOP.

De qualquer maneira, o museu carrega, em suas pretensões ideológicas, o interesse particular e os esforços pela salvaguarda e difusão da sua coleção museológica, mostrando que considera todo o seu potencial para a produção do conhecimento ao trazer os benefícios para a reflexão sobre a ciência e suas implicações na sociedade contemporânea. Assim, o MCT/EM/UFOP, em parceria com o curso de Museologia da UFOP, por meio do Laboratório de Conservação e Restauro (Labcor), está sempre atento à fomentação de uma aproximação entre os comportamentos primordiais da academia com a sua aplicação prática. Afinal, o museu, no âmbito da universidade e de todo o investimento na proteção do patrimônio de C&T, contribui significativamente para o avanço do conhecimento no processo de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

5.2 O Laboratório de Conservação e Restauro do Demul

O Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia (Labcor/Demul) foi implantado no ano de 2010 como parte estrutural do plano pedagógico de criação do curso de Museologia da UFOP (Figura 4). Sua principal finalidade é subsidiar as condutas didáticas das disciplinas nas áreas da conservação preventiva de acervos culturais e possibilitar aos discentes experimentar a prática conforme as orientações teóricas.

Para além do cumprimento da carga horária das disciplinas Documentação Fotográfica e Preservação Digital, Preservação e Conservação de Bens Culturais I e II, a atuação de muitos alunos no setor se faz pela realização dos Estágios Supervisionados I e II e pela participação em projetos de extensão. Todas as ações cumpridas no Labcor/Demul são conduzidas pelos princípios da conservação preventiva e curativa de acervos museológicos e por parâmetros científicos que possam garantir a qualidade do ensino.

Instalado nas dependências do MCT/EM, na sala 25A, o Labcor/Demul empenhou, ao longo da sua primeira década de existência, uma consonância com as necessidades técnicas apresentadas pelo museu para contribuir com a dinamização dessa unidade museológica no âmbito da preservação de sua coleção. Desse modo, foi oficializada uma parceria interinstitucional na qual o museu assegura ao Labcor/Demul o acesso às exposições de longa duração e reservas técnicas, disponibilizando precipuamente acervos que demandam intervenções.

FIGURA 4

Laboratório de Conservação e Restauro do Departamento de Museologia. Fonte: Gabriela de Lima Gomes (2011).



Como objetos de estudos, pesquisas e práticas das disciplinas, os conjuntos de acervos do MCT/EM/UFOP passam a ser instrumentos de aprendizagem conceitual para os discentes do curso de Museologia. De acordo com as necessidades, são realizadas ações interventivas de higienização, desinfestação, pequenos reparos, acondicionamentos, assim como de aplicação de condutas que abordam a segurança e o acesso, a organização das reservas técnicas, o controle climático, a elaboração da documentação de identificação, o registro fotográfico, dentre outras.

A partir das experiências diárias com os discentes, o Labcor/Demul estimula as reflexões interpretativas sobre os conceitos teóricos e suas aplicabilidades como meio de assegurar a qualificação e a formação do futuro profissional museólogo em meio as adversidades da área. De modo semelhante, são empregues às vivências dos alunos uma ampla discussão sobre os mais variados tipos de preservação e seus meios a partir das diferentes ressignificações encontradas nas coleções museológicas de C&T do MCT/EM/UFOP. Por outro lado, o acervo museológico do MCT/EM/UFOP vem sendo favorecido, ao longo desse período, pelas ações que garantem a preservação, a valorização e a descoberta de um representativo número de objetos.

Constatamos que, com a parceria estabelecida entre o Labcor/Demul e o MCT/EM, obteve-se o início de um diálogo para o desenvolvimento da política institucional de gestão para as coleções museológicas. E, podemos dizer que, nesses dez anos, houve contribuições relevantes tanto no contexto da prática da conservação quanto no desenvolvimento do pensamento preservacionista.

Com os temas fundamentais à salvaguarda dos acervos, o Labcor/Demul trata, cotidianamente, de problemáticas sobre gestão e instituição pública, o museu universitário e a educação, o investimento e o profissional, o lugar de guarda e o acesso. Assim, o Labcor/Demul abre, paulatinamente, uma discussão com maior veemência sobre as potencialidades e as responsabilidades das instituições universitárias e do papel do profissional museólogo-conservador perante à salvaguarda da memória do patrimônio de C&T nacional. Afinal, conforme assevera Handfas e Granato (2013):

A aproximação com a problemática dos conjuntos de objetos e coleções universitárias relacionadas à C&T enriquece o debate sobre o tema e traz novos elementos para a discussão sobre a importância da preservação do Patrimônio Cultural relacionado à Ciência e Tecnologia uma vez que parte bastante expressiva desse patrimônio encontra-se nas universidades.

O ensino, a prática das ciências e a pesquisa científica no Brasil realizadas no âmbito das universidades são partes constitutivas do processo de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Os estudos sobre esses desenvolvimentos abrem perspectivas importantes para formulações teóricas e políticas no campo da relação patrimônio de C&T e preservação de coleções científicas. (HANDFAS; GRANATO, 2013, p. 128).

Nesse sentido, os estudos realizados sobre coleções e objetos que compõem o acervo do MCT/EM/UFOP pelo Labcor/Demul buscam aprofundar o conhecimento estrutural do pensamento museológico, alargando as possibilidades de entendimento do campo científico dentro de um contexto social, econômico, cultural, estético e histórico. Consideramos que as ações de conservação preventiva do patrimônio de C&T da instituição poderão garantir a sua perpetuidade para usufruto das gerações futuras por serem objetos de inestimável interesse e importância para o estudo da história e da memória do ensino superior brasileiro – especificamente para algumas áreas das engenharias e do desenvolvimento científico e tecnológico realizado a partir da pesquisa científica empreendida no âmbito da universidade brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após dez anos (2010-2020) de experiências didáticas vivenciadas pela parceria entre o Labcor/Demul e o MCT/EM na UFOP, reconhecemos as profícuas produções geradas à prática do ensino e à manutenção de uma importante coleção museológica universitária, dando condições de acesso, difusão e geração do conhecimento. Logo, essa primeira década de existência do Labcor/Demul ocupou um lugar prolífero, estabelecido por condutas de diálogos, investigações, ajustes, adaptações e resistências que confirmam o importante processo do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade pública.

Para este dossiê, se fez necessário traçar um breve contexto sobre o perfil das disciplinas voltadas à preservação e conservação do Demul/UFOP, que é incorporado ao acervo museológico universitário. Buscou-se o fortalecimento de condutas didático-pedagógicas a partir da relação entre as referências culturais na cidade patrimônio cultural da humanidade e o próprio patrimônio institucional.

Tal fundamentação orientou as ricas possibilidades das quais o curso de Museologia da UFOP se afortuna ao disponibilizar uma gama de acervos de C&T e suas diversidades de desafios no âmbito da sua salvaguarda.

Da mesma forma, os discentes (e futuros museólogos) vivenciam as questões rotineiras de um museu universitário e as inúmeras adversidades do mundo museológico encontradas no MCT/EM – tal experiência perpassa por um potencial inestimável para a investigação e descobertas do patrimônio de C&T que percorrem múltiplos campos do conhecimento.

A parceria entre o Labcor/Demul e o MCT/EM vai ao encontro de interesses multidisciplinares e bilaterais da universidade, nos quais ganhos positivos podem ser enumerados, tanto pelo Departamento de Museologia, quanto pelo próprio museu universitário. Se, por um lado, os discentes são afortunados pela disponibilidade de acervos para as práticas de preservação e conservação, além das experiências que integram a teoria à prática, por outro, o museu ganha a colaboração para o desenvolvimento da sua política de salvaguarda das coleções. Ao longo desse período, foi possível constatar fundamentais interferências ocorridas nos acervos e nos espaços do museu. Isso contribuiu para uma gestão mais equilibrada e eficaz, dando oportunidades de reconhecimento e valorização de objetos e coleções representativos da memória institucional e de valores desmedidos para trajetória da C&T no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. *Museus e coleções universitárias: por que museus de arte na Universidade de São Paulo?* 2001. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-10092003-160231/publico/TDE.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CARTIER-BRESSON, A. Uma nova disciplina: a conservação-restauração de fotografias. *Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-5, 2004.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: uma antologia*. v.1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-238.

FENELON, D. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento da Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRONER, Y.-A. Conservação e restauração: a legitimação da ciência. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 47-56, jul/dez. 2010. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/25>. Acesso em: 20 maio 2020.

GOMES, G. L. *Protagonismo sociocultural do Zé Pereira do Club dos Lacaiois em Ouro Preto/MG: paisagem festiva e patrimônio intangível*. 2018. 241 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

HANDFAS, E. R.; GRANATO, M. O patrimônio cultural universitário relacionado à ciência e tecnologia no Brasil. In: II SEMINÁRIO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2., 2013, Recife. *Anais do II Seminário de gestão do patrimônio cultural de ciência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2013. p. 106-132.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Manual do INRC*. Brasília, DF: DPI/IPHAN, 2000.

NUNES, G. A.; RAINHO, M. E.; REZENDE, E. F.; GANDINI, A. L.; DELÍCIO, M. P.; JOTTA, C. A.; HOFFMAN, F. E. As coleções do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas/UPOP. In: GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta (Org.). *Coleções científicas luso-brasileira: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro: MAST, 2010. Disponível em: <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/cole%C3%A7%C3%B5es%20luso-brasileiras/00%20parte%20inicial%20e%20sum%C3%A1rio%20-%20C%C3%B3pia.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

OLIVEIRA, A. C. A. R.; COSTA, A. S.; NUNES, G. A. Perfil dos cursos de Museologia no Brasil. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de (Org.). *Sendas museológicas*. Juiz de Fora: Editar, 2012. p. 41-66.

POULOT, D. *Museus e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ROCHA, D. J. *Escola de Minas: memória histórica relativa ao ano escolar de 1903-1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 10.

RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. São Paulo: Atelie, 2008.

SANTOS, P. C. M.; COSTA, A. R. A Escola de Minas de Ouro Preto, a “Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes” e as exposições universais do final do século XIX e início do século XX. *Revista da Escola de Minas*, Ouro Preto, v. 58, n. 3, p. 279-285, jul./set. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0370-44672005000300014&script=sci_arttext. Acesso em: 18 jun. 2020.

SCIFONI, S. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista CPC*, São Paulo, n. 27 especial, p. 14-31, jan/jun. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/157388>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SILVA, R. H. A. Para não morrer é só amarrar o tempo no poste: memória e patrimônio. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 9-20, jan./jun. 2009.

SOUZA, L. A. C. Panorama brasileiro na relação entre ciência e conservação de acervo. *Pós*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 37-46, maio. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/issue/view/827>. Acesso em: 20 maio 2020.

SOUZA, L. A. C.; ROSADO, A.; FRONER, Y-A. (Orgs.). *Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva*. Belo Horizonte: EBA/UFMG, 2008. (Tópicos em conservação preventiva, 1). Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2014/04/Roteiro-de-Avalia%C3%A7%C3%A3o-e-Diagn%C3%B3stico.doc.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SPINELLI JR, J.; PEDERSOLI JR, J. L. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos – salvaguarda e emergência*. Rio de Janeiro: FBN, 2010. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf. Acesso em: 21 dez. 2020.

